

PRÁTICAS DISCURSIVAS E IDENTIDADES DE GÊNERO – UM ESTUDO DE UMA PRODUÇÃO CORDELISTA

James Deam Amaral FREITAS¹⁸

Resumo: O presente artigo tem por objetivo apresentar uma análise de um cordel veiculado em um site jornalístico, intitulado *Cordel para Eliza*, cuja escrita teve como motivação um episódio criminoso amplamente divulgado nos contextos midiáticos. Nessa empreitada, considera-se uma perspectiva discursiva e dialógica de análise dos enunciados, que leva em consideração os elementos linguísticos em consonância com sua exterioridade sócio-histórica-ideológica, a partir, principalmente, dos pressupostos bakhtinianos e suas articulações. Com isso, pretende-se discutir como a produção cordelista, em sua reconfiguração digital, apresenta uma ruptura com os modos de enunciação das identidades de gênero.

Palavras-chave: Mídia virtual. Gêneros discursivos. Cordel. Identidades de gênero.

Abstract: *This paper aims at presenting an analysis of a newspaper article, entitled Cordel para Eliza, whose writing was motivated by a criminal episode widely reported in media contexts. In this endeavor, a discursive and dialogic approach is considered to analyze the statements, and it takes into account the linguistic elements in line with its socio-historical-ideological exteriority, based mainly in the assumptions by Bakhtin and their articulations. Therefore, we intend to discuss how the text production, in its digital reconfiguration, presents a break with the modes of articulation of gender identities.*

Keywords: *Virtual Media . Discursive genre. Cordel. Gender Identities.*

Não se pode negar que as novas tecnologias de informação e comunicação, sobretudo as que estão no domínio da mídia virtual, constituem dispositivos capazes de intervir significativamente na vida cotidiana e na atuação dos indivíduos, seja pela recomposição dos usos linguísticos e da relação com a escrita, seja pela influência nos comportamentos, desejos, opiniões, crenças, valores e resistências.

Com o advento das tecnologias digitais, há uma redefinição das relações humanas e dos padrões de comportamento comunicativo. Tempo e espaço dissolvem-se. A produção e distribuição da informação são simultâneas, fluidas, pautadas pela

dinamicidade e interatividade, num movimento em que emergem novos textos, discursos e sentidos.

A maioria dos jornais, rádios, revistas, programas televisivos figuram na *Internet*. É a informação redistribuída e realocada. Notícias amplamente veiculadas na mídia tradicional são metaforseadas na *Web* por meio de hipertextos, *links*, imagens, sons, *blogs*, redes de relacionamento e vários outros aportes da comunicação digital.

Essa complexidade da relação entre informação e contexto hipermídia é ainda mais visível quando se observa a forma como fatos que envolvem crimes e tragédias são veiculados e (re)interpretados nos ambientes virtuais. Normalmente, esses eventos assumem proporções sensacionalistas e reproduzem-se indistintamente, evidenciando intrincadas práticas discursivas e sócio-culturais e, não raro, contribuindo para criar e/ou reforçar desigualdades, incluir ou excluir sujeitos e disseminar diferenças identitárias.

E é justamente esse o ponto de interesse deste artigo: analisar a veiculação de um fato criminoso a partir das reconfigurações possibilitadas pela internet, a fim de compreender consonâncias e dissonâncias discursivas. Nesse caso, toma-se como ponto de partida um episódio de repercussão nacional: o envolvimento de um jogador de um reconhecido time brasileiro em um suposto homicídio. Trata-se da acusação de que o goleiro Bruno Fernandes, do Flamengo, seja responsável pela morte, ainda não atestada, da jovem de 25 anos, Eliza Samudio, com quem o jogador manteve um relacionamento amoroso e, apregoa-se, teve um filho.

O fato despertou interesse e comoção nacional, dados a notoriedade do suspeito e os requintes de barbaridade que envolveram o episódio. Não é de se surpreender que o caso tenha proliferado nos mais diversos suportes e contextos (chegando, inclusive, a constar como verbete na *Wikipedia*, a enciclopédia *online*). As declarações, as evidências, os testemunhos foram expostos à exaustão, numa espécie de vitrine, em que a informação transforma-se em produto de consumo, que, ao ser lançado em larga escala, assenta-se na limitação e repetição.

Embora as regularidades discursivas sobre o caso sejam evidentes, quase sempre pautadas na figura pública do acusado ou na pretensa responsabilidade dos clubes de futebol na formação humanística de seus jogadores, é o que excede que interessa nessa pesquisa. O que está nos interstícios desse fato? Escreve-se sobre o que é comumente

¹⁸ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Goiás (UFG). Professora do Departamento de Áreas Acadêmicas do Instituto Federal de Goiás (IFG). Goiânia –

silenciado? O que se escreve em alguns espaços e não em outros? Quem escreve? Com que motivações? Que efeitos tem? Como são construídas ou subvertidas as práticas discursivas e as identidades sociais? Assume-se, então, uma perspectiva discursiva e dialógica de análise dos enunciados, que leva em consideração os elementos linguísticos em consonância com sua exterioridade sócio-histórica-ideológica.

Partindo desses aspectos, este trabalho propõe a análise de um texto intitulado *Cordel para Eliza*, escrito pela cordelista Salete Maria da Silva e veiculado no site do *Observatório da Imprensa*. E para explicitar essa investigação, será adotada uma perspectiva dialógica e interativa de análise, embasada principalmente nos estudos de Bakhtin (1986; 1992), além de alguns pressupostos teóricos sobre a constituição da identidades, que as concebem sobretudo como “práticas de significação” (BUTLER, 2001).

Delineando os instrumentos de análise – perspectiva dialógica da linguagem e suas articulações

Defender um estudo linguístico numa perspectiva da interação exige que se retomem as considerações de Bakhtin (1986), para quem o dialogismo significa o princípio constitutivo da linguagem e condição de sentido do discurso. Essa concepção bakhtiniana defende a linguagem como produto da interação sócio-verbal entre os falantes, do permanente diálogo entre os diversos discursos que configuram uma sociedade. Por essa razão, acerca da palavra, ele postula:

[...] toda palavra comporta duas faces. Ela é determinada tanto pelo fato de que procede de alguém, como pelo fato de que se dirige para alguém. Ela constitui justamente o produto da interação do locutor e do ouvinte. Toda palavra serve de expressão a um em relação ao outro. Através da palavra, defino-me em relação ao outro, isto é, em última análise, em relação à coletividade. A palavra é uma espécie de ponto lançada entre mim e os outros. Se ela se apoia sobre mim numa extremidade, na outra apoia-se sobre o meu interlocutor. A palavra é o território comum do locutor e do interlocutor. (BAKHTIN, 1986. p.113)

Se não se pode pensar a língua separada de seu conteúdo ideológico (BAKHTIN, 1986), um estudo linguístico não se afirma em seu caráter imanente, pois está imbricado

na análise dos sujeitos falantes, suas práticas discursivas e os efeitos que elas têm na construção dos sentidos e, também, das identidades individuais e coletivas. Por meio da linguagem, os sentidos são (re)produzidos, interpretados, desviados, manipulados e as pessoas podem agir sobre as outras, repetir / modificar pontos de vista e atitudes, num processo em que os sujeitos vão se transformando e sendo transformados.

A constituição dos sentidos está alicerçada em disputas discursivas. Os enunciados, considerados, a partir de Bakhtin (2006), como unidade da comunicação discursiva, são estabelecidos na incompletude e na instabilidade, representam o lugar de conflito, já que os sentidos não são pré-determinados, antes, são construídos na incompletude e na instabilidade e estão sempre em relação aos sujeitos, aos textos, ao contexto sócio-histórico. E esse caráter heterogêneo das posições enunciativas também pode ser lido em Foucault (1986):

[...] o enunciado, ao mesmo tempo em que surge em sua materialidade, aparece com um status, entra em redes, se coloca em campos de utilização, se oferece a transferências e a modificações possíveis, se integra em operações e em estratégias onde sua identidade se mantém ou se apaga. Assim, o enunciado circula, serve, se esquia, permite ou impede a realização de um desejo, é dócil ou rebelde a interesses, entra na ordem das contestações e das lutas, torna-se tema de apropriação ou de rivalidade. (FOUCAULT, 1986, p.121)

Da perspectiva dialógica da linguagem emerge a noção de gênero do discurso, compreendido, em linhas gerais, como unidade enunciativo-discursiva nas práticas sociais institucionalizadas. De acordo com Bakhtin (2006), gêneros discursivos são *tipos relativamente estáveis de enunciados*, que, apesar de apresentarem certos traços comuns, são construídos historicamente nas situações sociais de interação e, por essa razão, assentam-se na heterogeneidade. É por meio de múltiplos e reconhecidos gêneros que estabelecemos nossas enunciações.

Sob esse prisma, os gêneros constituem modos de dizer, significar e agir; por meio deles a interação é organizada e regulada. Concebidos como *índices* sociais, os gêneros não se desvinculam das condições de produção discursiva (quem enunciou, para quem, quando, onde, como, para que etc.). Isso faz com que cada gênero esteja vinculado a dada situação de interação, contextualizada socialmente, e projetado com uma finalidade discursiva e com determinada concepção de autoria e interlocução.

Essa associação dos gêneros discursivos às situações sociais de interação instaura certas posições valorativas, que estabelecem hierarquias nos modos de dizer. E Bakhtin (2006, p.294) nos chama atenção para isso quando afirma que “sempre existem enunciados investidos de autoridade que dão o tom, como as obras de arte, ciência, jornalismo político, nos quais as pessoas se baseiam, as quais eles citam, imitam, seguem.” Tal perspectiva justifica o fato de alguns gêneros serem legitimados, autorizados a circular em determinados contextos e não em outros; determinarem quem pode enunciar e com quem estabelecer a interlocução.

As posições valorativas de gênero alinham-se com as concepções institucionalizadas sobre a produção escrita, conforme têm assinalado Kleiman (1995), Rojo (1995) e Soares (1998), autoras empenhadas nas pesquisas sobre as práticas sociais de letramento. Na definição proposta por Soares (1998, p.18) letramento constitui “o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita”, o que nos permite inseri-lo numa perspectiva que leve em consideração os sujeitos e suas mediações e interações com as práticas letradas.

Nesse caso, é difícil pensar em letramento sem associá-lo às relações de poder e de discurso, que fixam dicotomias entre a oralidade e a escrita e privilegiam instituições encarregadas de introduzir os sujeitos no universo da escrita, as quais são denominadas *agências de letramento* (KLEIMAN,1995). Essas agências, dentre as quais a escola adquire maior importância, reproduzem concepções dominantes acerca da escrita e, conseqüentemente, as desigualdades do sistema social, em que os não escolarizados/alfabetizados são recriminados e vistos como não inteligentes ou incapazes. Nessa visão equivocada, porém consensual, para ser letrado é preciso dominar o código escrito –a oralidade é desprezada – e sua aquisição é um processo neutro, independente de relações sociais e contextuais. Por outro lado, a concepção do *modelo ideológico do letramento* (KLEIMAN, 1995), ao levar em conta a pluralidade e a diferença, problematiza a questão justamente por considerar que a inserção dos sujeitos no mundo da cultura escrita também se vincula a práticas orais de socialização do escrito e a modos não escolares de aprendizagem.

É importante acrescentar que essa forma hierarquizante de posicionar letramento e gênero discursivo acarreta uma situação de relativo obscurecimento do gênero cordel nas esferas acadêmicas, midiáticas e de ensino. De acordo com Bonfim (2009), vários pretextos poderiam ser elencados para esse desprestígio do cordel: sua relação com as

práticas de oralidade, seu caráter exótico e folclórico ou até mesmo sua vinculação aos grupos sociais que o produzem e o consomem. Por outro lado, esse mesmo autor, em consonância com vários/as outros/as, defende a necessidade de maior visibilidade desse gênero, dados a sua historicidade, expressividade literária e importância como prática sócio-discursiva.

E uma das formas apregoadas para se proporcionar maior visibilidade do gênero cordel é a sua inserção nos espaços virtuais, os quais apresentam mecanismos de interatividade, reprodutibilidade e extensão. Nessa reconfiguração, o cordel tem maior alcance, transpondo e recriando formas e conteúdo. Isso porque o cordel, assim como outros gêneros que emergem na textualidade digital, está sujeito à mesma condição, como bem observa Chartier (2002):

[...] quanto à ordem dos discursos, o mundo eletrônico provoca uma tríplice ruptura: propõe uma nova técnica de difusão da escrita, incita uma nova relação com os textos, impõe-lhes uma nova forma de inscrição. [...] É ao mesmo tempo uma revolução da modalidade técnica da produção do escrito, uma revolução da percepção das entidades textuais e uma revolução das estruturas e formas mais fundamentais dos suportes da cultura escrita. (CHARTIER, 2002, p.23)

Enfim, uma perspectiva dialógica da linguagem permite conceber os textos e os gêneros discursivos de forma mais abrangente e problematizadora. Por esse viés, as análises interpretativas dos discursos circulantes possibilitam o desvelamento de diferentes práticas sociais, do caráter histórico e ideológico em que estão envolvidas e da sua relevância na manutenção ou subversão de crenças referentes às relações e às identidades de gênero.

Linguagem e constituição das identidades

Uma das razões para o interesse na investigação da identidade concentra-se na necessidade de compreensão da própria condição humana. Questionar a identidade é insistir na pergunta *Quem sou eu?* e compreender que não há respostas convincentes, nem explicações empíricas, mas tentativas de se desembaraçar os inúmeros fios que tecem a vida humana e suas dimensões individuais e coletivas. Fios que não estão isolados, pois, segundo Azerêdo (2002, p.73), a identidade é constituída na interação humana e refere-se “menos a um ser do que a um tornar-se”.

Investigar a identidade justifica-se ainda pela exigência de se negar uma visão essencialista, natural e homogênea do ser humano, pois, de acordo com Moita Lopes (2003, p.20) “a identidade é um construto de natureza social, portanto político” o que não se relaciona com uma visão de identidade pessoal, natural e unitária. Isso pode ser confirmado por Rajagopalan (2001) ao se referir às “identidades proteiformes”, “em permanente estado de fluxo”, longe de serem fixas e estáveis. Nesse caso, pluralizar identidade significa levar em consideração a polivalência dos contextos, como sugere Costa (2002):

(Identidades) como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contiguidades transpessoais. (COSTA, 2002, p.78)

No tocante à importância da ciência linguística na investigação da identidade, pode-se argumentar que “a identidade de um indivíduo se constrói na língua e através dela” (RAJAGOPALAN, 2001, p.41). Isso significa que língua e indivíduo possuem implicações mútuas e que esse não possui uma identidade anterior àquela. Nesse sentido, ao investigar uma língua estamos, de fato, analisando os seus sujeitos falantes, suas práticas discursivas e os efeitos que elas têm na construção das identidades sociais.

No que se refere à noção de gênero, é importante frisar que ele constitui um aspecto fundamental na constituição de identidades. Está associado às relações sociais e de poder e imbricado com outros elementos identitários como raça, classe, idade, nação e etnia. Uma complexidade que vai além das acepções semânticas do próprio termo e incide diretamente sobre as relações de gênero, entendidas como controversas e plurais.

O conceito de gênero está relacionado à construção sócio-histórico-cultural dos sexos. Scott (1990, p.75) afirma que esse termo, além de se referir tanto aos homens quanto às mulheres, “rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para diversas formas de subordinação feminina”. Nessa perspectiva, masculino e feminino não são identidades acabadas, definidas no nascimento, mas se constituem em processo constante e de acordo com o contexto social e cultural, os momentos históricos, as relações étnicas, raciais e religiosas.

Já que as identidades de gênero são construtos sociais, elas estão inegavelmente inscritas em relações de poder, as quais estruturam sistemas de desigualdade e opressão.

Ser homem e ser mulher não é simplesmente um atestado biológico de categorias precisas e independentes, mas está condicionado à distribuição hierárquica dos sexos, às limitações, às representações e às coações das estruturas de poder. Desse prisma, “sexo”, assim como gênero, perde o seu caráter naturalizante e adquire uma conotação construída nas relações de poder, como defende Butler (2001):

A categoria do sexo é desde o início normativa: ela é aquilo que Foucault chamou de “ideal regulatório”. Nesse sentido, pois, “sexo” não funciona como uma norma, mas é parte de uma prática regulatória que produz os corpos que governa, isto é, toda força regulatória manifesta-se como uma espécie de poder produtivo, o poder de produzir _ demarcar, fazer, circular, diferenciar_ os corpos que ela controla. (BUTLER, 2001, p. 153-154)

A partir do que foi exposto, acentua-se que a identidade se constitui em processo, é sempre mutável e alicerçada na alteridade. E nesse processo, gênero é um constituinte da identidade dos sujeitos, concebido no âmbito das práticas sociais. Dessa forma, as relações de gênero são compreendidas como complexas relações de poder e requerem uma visão plural, não normativa, que leve em consideração a intersecção com outras categorias identitárias. Além disso, as concepções sobre gênero estão inseridas na esfera discursiva, a qual instaura, regula e normatiza saberes e “verdades” acerca do feminino e do masculino.

Da fala à tecla – *Cordel para Eliza*

Todo esse panorama teórico concernente às questões identitárias e discursivas oferece subsídios para uma análise da multiplicidade de sentidos e efeitos dos dizeres midiáticos acerca de um caso de divulgação recorrente na imprensa nacional. A hipotética morte da jovem Eliza Samudio e a suposta responsabilidade do jogador Bruno Fernandes pelo fato tem povoado a imprensa brasileira há alguns meses. Embora o episódio esteja no âmbito da suspeição, já que não há provas concretas de que ela tenha morrido ou de que ele seja culpado, há uma avalanche de informações sobre o assunto, transformando-o num genuíno espetáculo. Por meio de notícias e entrevistas, de artigos de opinião e comunidades em sites de relacionamentos, todos/as têm algo a dizer ou precisam saber algo sobre o assunto. (Também esse trabalho intenciona dizer algo, mas não sobre o caso em si, que deve ser e está submetido à investigação policial.)

Por outro lado, o que se faz necessário discutir são justamente esses dizeres que circundam o episódio, já que eles nos permitem refletir sobre questões importantes acerca das práticas sociais e discursivas.

Qualquer incursão rápida na *web* nos possibilitará uma avalanche de informações sobre o assunto. Dos sites de veículos tradicionais de comunicação aos sites populares e blogs pessoais, os gêneros discursivos e os conteúdos se repetem. Não faltam textos escritos no formato dos gêneros notícia e artigo de opinião, principalmente nos *sites* de jornais e revistas. Do mesmo modo, são frequentes juízos de valor, informações truncadas, declarações apressadas, opiniões preconceituosas, repetições, divagações. Um breve exemplo disso são os termos lexicais frequentemente adotados para nomear os envolvidos no caso: “goleiro” e “ex-amante”, os quais atestam o caráter parcial das informações, já que demarcam o lugar social de cada um e confirmam o pensamento de que “a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial” (BAKHTIN, 1986, p.95).

Apesar das regularidades, a mídia virtual teve sua fixidez abalada, após uma investigação mais apurada, com a descoberta do texto *Cordel para Eliza*, de Salete Maria Silva, no site do *Observatório da Imprensa*. Trata-se de uma produção literária elaborada nos moldes do cordel tradicional, que conjuga poesia e crítica social, bem como apresenta os aspectos formais desse gênero discursivo: está estruturado em versos, que constituem sextilhas (estrofes de sete versos), e explora os recursos poéticos do ritmo e das rimas (todas conjugadas).

Embora *Cordel para Eliza* seja produzido dentro dos códigos formais e ideológicos do gênero cordel, a sua presença em um site jornalístico provoca alguns estranhamentos. Inicialmente, ela rompe com a homogeneidade dos gêneros discursivos que circulam nesses espaços. Em segundo lugar, há uma transgressão do suporte textual. O cordel desloca-se dos espaços da oralidade e das regiões nordestinas brasileiras e alcança o ciberespaço; deixa de ser recitado/cantado em feiras e eventos populares e passa a ser divulgado em mídias eletrônicas, acrescido muitas vezes de som e imagens digitais¹⁹. Nessa reconfiguração, o cordel passa a ser submetido aos diferentes mecanismos de interatividade e modalidades de escrita do universo hipertextual. A “banca de cordel” é substituída pelo suporte virtual que amplia a exposição e difusão

¹⁹ Isso pode ser confirmado pelo fato de o cordel em análise estar disponível, também, em forma de vídeo no site do youtube: <http://www.youtube.com/watch?v=RVlsYOCYIPg>

desse gênero, possibilitando um maior diálogo com os/as interlocutores/as, dada à facilidade de intervenção por meio de links, fóruns e outros recursos comuns do hipertexto.

Essa maior visibilidade subverte, também, o caráter exótico e, muitas vezes, marginalizado da literatura de cordel, que a mantém distante dos compêndios literários, das revistas especializadas, dos jornais e revistas tradicionais e dos livros didáticos (BONFIM, 2009). O fato de se ter acesso ao gênero cordel em um site jornalístico constitui uma ruptura com as práticas letradas perpetuadas nesse espaço. Sem dúvida, *Cordel para Eliza* divulgado no *Observatório da imprensa* é uma forma transgressora de produzir e distribuir a literatura de cordel, principalmente por manter na tessitura do texto aspectos da oralidade, da informalidade, que podem ser constatados, inclusive, pela adoção de expressões coloquiais (*Mei-mundo, Pra, tá Nadica, merda, manê*), normalmente recriminadas pela imprensa tradicional.

Além de contrariar os gêneros discursivos dos sites de informação e o suporte textual, o cordel de Salete também gera instabilidades na autoria e na abordagem temática. A produção cordelista, por questões históricas e culturais, é predominantemente masculina, como se pode notar, até mesmo, nos dados estatísticos da própria Academia Brasileira de Literatura de Cordel²⁰, cujas 40 cadeiras acadêmicas, todas nomeadas no masculino, são ocupadas por 6 mulheres e 34 homens, além da diretoria dessa agremiação ser composta por 7 homens e 1 mulher, na função de conselheira. Nesse caso, a autoria feminina desterritorializa a escrita de cordel (SANTOS V., 2009), subvertendo os silenciamentos das relações hierárquicas das identidades de gênero e suas formas de opressão e preconceito. Assim, o cordel de Salete Maria Silva atesta a constatação de Santos (2006):

A presença das mulheres autoras na literatura de cordel, mormente as condições diferenciadas para sua performance, situa contemporaneamente um novo fenômeno investigativo nesse campo. Essa autoria feminina, no entanto, apesar de herdar a tradição de cantadores nordestinos – partindo de sua forma matricial, a voz, também vai instituir outras formas, outros conteúdos, outras autonomias. Cria-se outra tradição, notadamente vislumbrada a partir de temas próprios como o feminismo, ecologia, saúde da mulher, homoerotismo, entre outras temáticas. Questionando o imaginário social marcadamente masculino ou inaugurando novos espaços de veiculação do cordel como escolas, passeatas, universidades, lugares

²⁰ A referida instituição está online e pode ser acessada pelo site: <http://www.ablc.com.br/>

outros que não as tradicionais feiras, as mulheres no universo do cordel se desterritorializam do espaço privado, se apropriam do território do cordel e instauram uma ressignificação desta poética do homem. (SANTOS F., 2006, p.186).

Com isso, *Cordel para Eliza* propõe que o caso alardeado pela mídia seja visto sob outra perspectiva, conforme se anuncia logo no início do texto:

(1) O caso Eliza Samudio
 Que tem chocado o Brasil
 Emerge como prelúdio
 De um grande desafio:
 Exortar nossa Justiça
 Pra deixar de ser omissa
 Ante o machismo tão vil!

De antemão, o texto expressa o tom de denúncia e provoca uma nova forma de se interpretar o episódio. Numa ruptura com os silenciamentos e/ou as formas cristalizadas das enunciações sobre o feminino, a autora evidencia o que é imperativo no caso divulgado: o sistema patriarcal, que é sustentado socialmente pelas práticas do machismo, o qual estabelece a dominação masculina e formas de coerção e violência contra as mulheres.

Nesse sentido Salete estabelece uma *contrapalavra* (BAKHTIN, 1992), uma réplica ao discurso midiático e às questões jurídicas, quando declara que *É hora de provocar/Propondo um outro olhar/Sobre processo e ação*. E como o conceito de *contrapalavra* define-se como uma *compreensão responsiva*, a réplica do/a leitor/a também é ativada, já que ele/ela é confrontado/a a esse “outro olhar”, a repensar o fato e os discursos. Longe de ser, então, uma enunciação monológica, o cordel constitui-se num processo dialógico contínuo, aberto a ressignificações e à intersecção entre as palavras da autora e todas as outras externas ao texto, inclusive as dos/as interlocutores/as.

A proposta do “outro olhar” assenta-se ainda na insistência da mídia na veiculação do caso: *Saiu na televisão/Rádio, internet e jornal/Notícia em primeira mão*. E isso está profundamente relacionado com a construção de discursos e instauração de significados, identidades e sujeitos. A repetição acaba por constituir uma imagem para a

personagem feminina, a de ex-amante e, não raro, a de golpista, conhecida também pela alcunha social de “Maria Chuteira”, uma definição estererotipada da relação, supostamente mediada pelo interesse financeiro, entre mulheres e jogadores de futebol. Essa imagem é acionada pela autora, de modo direto: *É o mote da conversa:/ Fama, grana e traição*; e, também, em forma de uma citação implícita de um discurso sócio-cultural, o qual está problematizado na utilização de parênteses e do sinal de exclamação:

(2) Toda manchete é igual:
 Ex-amante de goleiro
 (Aquele cheiro de dinheiro!)
 Sumiu sem deixar sinal

Essa proposta de um reexame das premissas identitárias é a tônica do texto *Um cordel para Eliza*. Nesse intuito, a cordelista tece críticas ao machismo - consensualmente praticado pela sociedade e pelo sistema judiciário - imputando-lhe a culpa pela violência de gênero, da qual Eliza Samudio foi vítima. E não a única vítima, como recorda a autora:

(3) É a história se repetindo
 Mudando apenas o nome
 Outra mulher sucubindo
 Sob ameaça dum homem.

(4) Homens que matam mulheres
 Em relações de poder
 Isto tem se dado em série

Na construção discursiva de seus versos, Salete traz à tona um triste panorama, o alto índice de violência contra a mulher no Brasil. Por meio dos elementos textuais *história se repetindo* ou *Isto tem se dado em série*, ela faz um alerta, o qual nos remete às estatísticas do Mapa da violência 2010, elaborado pelo Instituto Sangari, com base nos dados do Sistema Único de Saúde, em que foi constatado que a cada 2 horas uma

mulher é assassinada no Brasil, por homens. De acordo com essa pesquisa, o espaço público é perigoso para os homens, que constituem 90% das vítimas de mortes ocorridas nas ruas. Todavia, o espaço doméstico é mais inseguro para as mulheres. Elas são atacadas dentro de casa, pelo marido, pai, irmão, padrasto.

O cordel retoma a concepção de Butler (2003) sobre gênero, demarcado como categoria de organização das relações sociais, que tem como elemento central a ideia de hierarquia. Infere-se, então, que é a ideologia dominante de uma relação hierárquica, desigual e opressora que mata as mulheres:

(5) Machismo compartilhado

Por gente de toda cor
Do goleiro ao empregado
Do primo ao executor

(6) Mas é preciso entender

Que subjaz ao evento
Um histórico comportamento
Que vai construindo o ser

(7) A nossa sociedade

Apesar da evolução
Reproduz iniquidade
E também muita opressão
Homem que bate em mulher
_ E “ninguém mete a colher” –
Sempre foi uma “lição”

(8) Apreendida por goleiros

Delegados, professores
Motoristas, marceneiros
Pedreiros e promotores
Garçons, malabaristas
Médicos e taxistas

Juizes e adestradores

O texto explicita que o machismo constitui um padrão de comportamento perpetuado e aceito socialmente. Ele não tem classe social, independe de grau de escolaridade ou carreira profissional. É um discurso residual (*a nossa sociedade/reproduz iniquidade/ e também muita opressão*), um intertexto (*ninguém mete a colher*), que, embora tratado como uma questão privada, é ensinado e aprendido (*lição*) nas práticas languageiras e culturais.

Diante desse padrão arraigado, não é de se estranhar que à vítima seja atribuída a culpa:

(9) Faltou ter a ruptura
 Com aquela velha cultura
 De que a mulher é culpada
 Ao se referir a ela
 Falam da menina bela
 Que fez filme de tesão²¹

Dos versos emergem um discurso de gênero historicamente construído que afirma ser a vítima a responsável por sua morte. Nesse caso, a violência contra a mulher é justificada pelo seu “desacato” a determinadas normas sociais que instauram modos de ser e agir do feminino e do masculino. São impostas às mulheres algumas práticas de sujeição, que acabam legitimando atos de discriminação e violência: ora elas são vistas como mercadorias, produtos a serem adquiridos e descartados aleatoriamente; ora são impedidas de autonomia e de direitos sobre os seus próprios corpos; ora são

²¹ Nesse caso, a autora refere-se ao fato de Eliza Samudio ter participado de filmes pornográficos. Tal participação foi bastante divulgada pela mídia, a qual também fez questão de anunciar que houve uma procura significativa por essa filmagem, nas bancas de ambulantes das principais capitais do país, como pode ser confirmado na nota do jornal *O dia online*: “Rio - O goleiro Bruno e sua ex-amante e suposta vítima, Eliza Samúdio, eram as principais estrelas de cerca de 12 mil DVDs piratas apreendidos durante operação da Polícia Civil no camelódromo de Nilópolis, na Baixada Fluminense, ontem. Os DVDs, com cenas compiladas de vários filmes pornográficos supostamente estrelados por Eliza, traziam nas capas fotos da modelo e do goleiro, e escudos do Flamengo. Cada um era vendido por preços que variavam de R\$ 3 a R\$ 5.

(http://odia.terra.com.br/portal/rio/html/2010/8/policia_civil_apreende_dvds_pornograficos_com_foto_de_bruno_e_eliza_na_capa_105921.html).

Eis um dado concreto do *machismo vil*, que sustenta as formas de opressão, violência e discursos de culpabilização do feminino.

estigmatizadas e violentadas. Tal concepção sustenta os atos de violência e estão por trás dos argumentos que são coniventes com os crimes de estupro, conforme pondera Calligaris (2010):

No processo contra um estuprador, por exemplo, é usual que a defesa remexa na vida sexual da vítima tentando provar sua facilidade e sua promiscuidade, como se isso diminuísse a responsabilidade do estuprador. Em suma, quando a vítima é uma mulher e seu algoz é um homem, é muito frequente (e bem-vindo pela defesa) que surja a dúvida: será que o assassino ou o estuprador não foi "provocado" pela sua vítima?" (CALLIGARIS, 2010)

Na extensão da ideia de que por trás da violência de gênero existe uma ideologia dominante que lhe dá sustentação, Salete denuncia o sistema judiciário brasileiro, estabelecendo uma relação crucial na compreensão dos mecanismos que perpetuam a violência.

A autora tece críticas às relações de poder, as quais insistem em notabilizar casos como o de Eliza Samudio e celebrar os profissionais da área jurídica envolvidos.

(10) Justiça e promotoria

Fogueira de vaidades!

(11) Mei-mundo de advogados

Investigação global

Cada um no seu quadrado

Falando em todo canal

(12) Tem muito “especialista”

Em busca de alguma pista

Pra ser herói do mês

E centrando-se na tese da morte anunciada de Eliza Samudio (*Uma vida abreviada/ Cuja morte anunciada/ A estatística consome*), a cordelista expõe uma realidade de ineficiências no cumprimento das leis vigentes no país. A Justiça que deveria proteger (*A moça buscou amparo/ Na Justiça do país*) exime-se da resolução do caso:

(13) Do distinto tribunal
 Nadica de nada existe
 Mas a autoridade insiste
 Que isto, sim, é normal

(14) Sem medida protetiva!
 Sequer prisão preventiva!
 Quanta inoperância aflora!

Com isso, autora deixa entrever que o caso de Eliza Samudio poderia não ter o destino trágico que se supõe. Isso porque a jovem já havia prestado queixa de agressão contra Bruno Alves e teria publicamente declarado isso, como se pode confirmar em sua entrevista ao *Jornal Extra*, do Rio de Janeiro, em outubro de 2009. De acordo com suas declarações, na época, ela estava grávida de cinco meses e foi espancada e ameaçada de morte pelo jogador, caso fizesse denúncia de maus tratos por parte dele. Por outro lado, a notícia não repercutiu e as autoridades policiais e jurídicas não agiram. Nem mesmo o fato de o agressor ser uma figura de notoriedade acarretou maior ênfase no assunto, afinal, na lógica machista compartilhada, tratava-se apenas de mais uma mulher agredida pelo companheiro e, nesse caso, mais uma vez, aplicou-se o intertexto: *ninguém mete a colher!*

O cordel salienta, então, que a proteção jurídica é falha porque também está impregnada de subterfúgios de dominação masculina que impedem o enfrentamento da violência de gênero:

(15) Mas a Justiça, que é lerda,
 Machista, “fazendo merda”
 Vem com esse papo de mané

(16) Autoridades também
 Implicitamente têm
 Um machismo inspirador

(17) Cada “doutor” se expressa

Centrado no garanhão

Conjugar gênero e direito é, sem dúvida, o ponto de maior interesse do texto de Salete. É sob essa perspectiva que a autora constrói uma imagem provocativa de si, com a qual os/as interlocutores/as são levados/as estrategicamente a concordar. É como mulher que conjuga literatura, pesquisa e ativismo que ela se deixa revelar em seu texto, instaurando um ethos discursivo que, perceptível nas marcas de personalidade, na orientação argumentativa das perguntas e das citações, desconstrói as armadilhas sociais e midiáticas das formas de enunciar o feminino. Tal *cenografia*, para usar um termo cunhado por Maingueneau (1984 apud Amossy, 225), corresponde às perspectivas das teorias contemporâneas sobre a construção discursiva do ethos, a qual é “indissociável de um posicionamento político” (AMOSSY, 2005, p.23).

Tudo isso legitima a tese defendida pela própria autora em uma produção escrita acadêmica e que é retomada nos moldes e recursos da literatura de cordel: a necessidade de se repensar “a prática jurídica a partir do desafio da transversalização de gênero no direito” (SILVA, 2008). Esse posicionamento induz à problematização das relações de gênero e confirma a obrigação de atitudes mais eficazes, por parte do Direito, no combate às iniquidades dessas relações.

Diante disso, Salete deixa projetar no texto um ethos discursivo que dá voz à cordelista e à profissional da área do direito. Esse caráter híbrido do ethos discursivo orienta argumentativamente o cordel e autoriza a autora a finalizar seu texto contrariando o intertexto cunhado no ditado popular – e, conseqüentemente, a prática preconceituosa – e confirmando que em briga de marido e mulher é legítimo e necessário meter a colher, por meio da aplicação da Lei Maria da Penha²² (*A Lei Maria da Penha/ Existe para que não tenha/ Tanta morte a lamentar*).

²² Conhecida como Lei Maria da Penha, a lei número 11.340/2006, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo presidente do Brasil Luiz Inácio Lula da Silva, em 7 de agosto de 2006, dispõe sobre o aumento no rigor das punições da violência doméstica ou familiar contra a mulher. O nome foi uma reparação simbólica à Maria da Penha Maia Fernandes, que, durante quase 20 anos, lutou por justiça contra atos de violência a que foi submetida por seu marido. A introdução da lei afirma: “Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8o do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências”.

A partir do exposto, o texto de Salete Maria representa o que excede nos dizeres sobre o caso Eliza Samudio. Sua produção textual não só subverte os mecanismos tradicionais de circulação do cordel e os gêneros típicos dos sites jornalísticos como também rompe com os silenciamentos que circundam o episódio. Com isso, o cordel explicita o princípio dialógico proposto por Bakhtin, trazendo a tona um diálogo entre os vários discursos que instituem a sociedade e as identidades de gênero.

Algumas notas finais

Neste artigo foi proposta a análise de uma produção escrita literária que constituiu uma ruptura com as formas midiáticas virtuais de enunciação do feminino. A partir de uma perspectiva dialógica de estudos da linguagem e de alguns pressupostos teóricos sobre a constituição das identidades, foi possível confirmar que os sentidos não se esgotam na superfície linguística, mas estão profundamente vinculados à exterioridade, às condições em que foram produzidos e, ao desvelá-los, podem ser acessados os aspectos sociais, históricos, culturais e ideológicos que circulam os dizeres.

Na reconfiguração possibilitada pelo contexto hipermídia, Salete apresenta uma nova forma de produzir e distribuir o cordel. Com isso, a autora rompe com as concepções fechadas e hierarquizadas das práticas letradas, legitimando o cordel e instaurando a ideia de que esse gênero discursivo deve ser valorizado no contexto social, político, cultural e virtual.

E essa cultura popular virtualizada emerge como um instrumento de denúncia contra as formas de violência simbólica e física praticadas contra a mulher, tão bem silenciadas pelos cordelitas tradicionais e pela mídia. Isso porque se admite que as identidades de gênero sejam instituídas pelas múltiplas instâncias e relações sociais, instituições, símbolos, discursos e doutrinas, materializados na mente e nos corpos. Nesse caso, a proposta da autora é ressignificar as enunciações sobre o feminino, desvelando preconceitos e propondo novos olhares e novas atitudes. A autora, ainda, deixa claro que acabar com a cultura da violência não é uma atitude solitária e individual, antes, é preciso se constituir em uma forma compartilhada de intervenção, que conjugue sociedade, Estado e Judiciário.

Por tudo isso, *Cordel para Eliza* funciona como um dispositivo contra hegemônico, que, ao explicitar que Eliza Samudio seja uma vítima julgada pelo gênero, instaura as possibilidades de uma *contrapalavra*, a qual rompa com os silenciamentos, e de resistências a todas as formas de discriminação e violência contra as mulheres.

Referências

AMOSSY, R. Da noção retórica de ethos à análise do discurso. In: _____ (Org.) **Imagens de si no discurso: a construção do ethos**. São Paulo: Contexto, 2005.

AZERÊDO, S. Quem sou eu? Identidade, gênero e raça. In: LIBARDONI, Marlene (Org.) **Curso Nacional de Advocacy Feminista em Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos**. Brasília: Agende, 2002.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1986.

_____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

BONFIM, J. B. B. **O discurso do cordel sob perspectiva de gênero**. 275 f. Tese (Doutorado em Linguística)-Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

BUTLER, J. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Trad. do artigo: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CALLIGARIS, C. Eu sou atriz pornô e daí? **Folha de S. Paulo**. São Paulo, 29 de jul., 2010.

CHARTIER, R. **Os desafios da escrita**. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

COSTA, C. L. O sujeito do feminismo. **Cadernos Pagu**, Campinas, nº19, 2002.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986.

KLEIMAN, A.B. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. B. (Org.) **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995.

MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Discursos de identidades: discurso como espaço de construção de gênero, sexualidade, raça e profissão na escola e na família**. Campinas: Mercado das Letras, 2003.

RAJAGOPALAN, K. O conceito de identidade em linguística: é chegada a hora para uma reconsideração radical? *In*: SIGNORINI, I. (Org.). **Lingua(gem) e identidade**: elementos para uma discussão no campo aplicado. São Paulo: Mercado das Letras, 2001.

ROJO, R. Concepções não-valorizadas de escrita : a escrita como “um outro modo de falar”. *In*: KLEIMAN, A. B. (Org.) **Os significados do letramento**: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas, SP: Mercado de Letras, 1995. p. 65-89.

SANTOS, F. P. dos. Mulheres fazem... cordéis. **Graphos**, v.8, n.1, p.183-194, jan./jul.2006.

SANTOS, V. M. **Estratégias de (in)visibilidade feminina no universo do Cordel**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2009. Em: <http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19335.pdf> . Acessado em 12 de agosto de 2010.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, vol. 15, nº 2, Porto Alegre, 1990.

SILVA, S. M. da. **Um cordel para Eliza**. Observatório da Imprensa. Ano 15 - nº 598 - 13/7/2010. Em: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=598FDS012>. Acessado em 30 de julho de 2010.

_____. **O Direito na perspetiva feminista**: pensando o ensino e a prática jurídica a partir do desafio da transversalização de gênero no Direito. *In*: XXI Encontro Regional de Estudantes de Direito e Encontro Regional de Assessoria Jurídica Universitária, 2008, Crato-Ce.: Universidade Regional do Cariri, 2008.

SOARES, M.B. **Letramento**: um tema em três gêneros. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.